

CARTA ABERTA AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Lei Federal 13.415/2017, que trata da Reforma do Ensino Médio, é decorrente da Medida Provisória 746/2016 do governo de Michel Temer que assumiu após o golpe de 2016. A reforma é resultado de um conjunto de ações arbitrárias que se consolidou com o governo antidemocrático de Jair Bolsonaro. A exclusão da sociedade do debate sobre a política educacional, em especial sobre os rumos do Ensino Médio, por si só, justifica a revogações da atual Reforma, pois é consequência de uma lei herdada do período arbitrário que vivemos recentemente em nossa história. Como é do conhecimento deste Ministério, outros projetos voltados para esta etapa da Educação Básica estavam em desenvolvimento, tal como o Ensino Médio Inovador (ProEMI), e foram interrompidos sem nenhuma avaliação no contexto da aprovação da Medida Provisória. Além disso, desde 2013, estava em curso um processo de debate público para a produção de mudanças no Ensino Médio, a partir do Projeto de Lei 6840. Este processo acontecia por meio de audiências públicas na Câmara e Senado, tendo como interlocutores as entidades acadêmicas da área da educação e movimentos sociais, em especial, os movimentos estudantis. O avanço das forças conservadoras que tomaram de assalto o governo federal, interromperam este processo e o desconsideraram quando da construção da nova Lei. Recentemente, acompanhamos um histórico movimento liderado por jovens secundaristas que por todo o país, se posicionaram contrariamente à Reforma, a privatização da educação pública e à precarização do ensino nas escolas da rede pública. Este movimento indicava a relevância da escola na vida dessas e desses jovens. No Brasil, mais de 85% das matrículas do Ensino Médio estão na rede pública de ensino. Em grande parte dos municípios brasileiros a frequência a esta etapa da Educação Básica só é possível, em razão da existência de uma única escola pública na cidade. Desconsiderando o clamor dos jovens secundaristas e os resultados de pesquisas apresentados nas audiências públicas, deu-se início a um processo de Reforma que tem colocado em risco a formação da maioria das jovens e dos jovens brasileiros. Mais do que desconsiderar suas vozes, o processo de implementação iniciado em 2021, contribuiu para o aprofundamento do sofrimento vivido durante a pandemia de Covid-19 por toda a comunidade escolar. Para além deste contexto, faz-se fundamental apontar os principais problemas da atual Reforma que têm sido confirmados por pesquisadores em todo o país: 1) A Reforma fragiliza a noção do Ensino Médio enquanto formação geral para todos, assegurada pela LDB. Diante da realidade educacional brasileira, a divisão entre formação geral (conforme a

BNCC) e os itinerários formativos, promove a segmentação da formação dos jovens no território nacional, tanto no interior dos estados como nos sistemas de ensino, reforçando a histórica dualidade educacional. Ressalta-se que o conceito do Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, resulta de um consenso construído pela sociedade brasileira para assegurar esta etapa do ensino como um direito a ser ofertado para todos e todas;

2) Ao substituir os conhecimentos baseados em conteúdo e métodos que organizam as disciplinas escolares pela aquisição de competências instrumentais, com apelo a questões tais como competências socioemocionais, empreendedorismo e educação financeira, a Reforma promove o descolamento da política educacional de Ensino Médio da complexa realidade social. Diante da necessidade de produzir novos sentidos para a vida, a natureza, o trabalho e novas experiências de sociabilidade, a escola deve promover o mais elevado conhecimento, articulando ciência, tecnologia, cultura e trabalho para a construção de uma sociedade inclusiva em todas as suas dimensões; 3) Ao assumir a BNCC como referência na organização curricular, promove uma redução de disciplinas tais como química, física, biologia, história, geografia, sociologia e filosofia na formação dos jovens estudantes, centralizando o currículo em matemática e português. Com esta mudança, novos componentes curriculares passam a ocupar o lugar destas disciplinas. São unidades curriculares de temáticas amplas e diversificadas, esvaziadas de conteúdo e que impedem que os professores trabalhem com o conhecimento científico de seu campo de atuação e domínio. Em um momento de esvaziamento das possibilidades de letramento científico em tempos de negacionismo, essa situação gera grande angústia entre os professores e expressa desrespeito enorme com estes profissionais; 4) Nesse sentido, ao invés da propagada redução nas disciplinas escolares, a Reforma vem promovendo seu aumento. Ainda que se observem variações entre as redes estaduais, estudos apontam que no estado de São Paulo – a título de exemplo – o 2º ano do Ensino Médio em 2022 tinha em sua matriz curricular 20 componentes diferentes; 5) O texto legal da Reforma prevê a ampliação de carga horária através de EAD no Ensino Médio, para além do que estava previsto na LDB, o que contraria as manifestações que reiteradamente os estudantes apresentam sobre a preferência pelo ensino presencial e a importância da escola como instituição socializados em suas vidas. Durante o tempo de isolamento social em razão da pandemia de Covid-19, diferentes estudos destacam as dificuldades de aprendizagem em razão do ensino remoto que os secundaristas relataram, principalmente, o sofrimento por serem privados de estar na escola presencialmente interagindo com colegas e professores; 6) Ao reduzir a formação profissional a um itinerário formativo, a

atual reforma impossibilita a integração entre o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno, limitando a formação dos jovens das escolas públicas que se veem obrigados a cursarem itinerários formativos de baixa complexidade e de duvidosa qualidade. Este fato se agrava dada a realidade das escolas públicas, que de maneira geral não dispõe de infraestrutura adequada para a oferta da formação profissional. 7) Ainda no que se refere a formação técnico profissional, a Reforma, investe na difusão da noção de que a escola, a partir do itinerário formativo, garantirá condições suficiente para o ingresso dos jovens concluintes do Ensino Médio no mercado de trabalho. Neste caso os problemas se ampliam, em especial, pela forma como este itinerário tem sido desenvolvido nas escolas, ou seja, em parceria com instituições privadas e por profissionais muitas vezes sem formação adequada para atuar nas escolas. Conforme previsto no texto legal, a formação profissional tem sido ofertada por pessoas com suposto notório saber, sem definição explícita sobre os critérios que permitem tis profissionais atuarem neste nível e modalidade de ensino. Além disto, esta nova forma de trabalho nas escolas tem contribuído para a desvalorização e desestruturação do trabalho dos professores. Não obstante, a proposta de formação técnica profissional omite o grave momento de desindustrialização em que postos de trabalho desaparecem e poucas oportunidades de trabalho são criadas, gerando a expectativa de que uma formação profissional possibilitaria a inclusão dos egressos no mercado de trabalho. 8) O Novo Ensino Médio previsto no texto legal, amplia o tempo de permanência dos estudantes na escola, desconsiderando o agravamento da crise econômica e o desmonte de políticas públicas para os jovens, o que tem levado ao retorno de muitos deles para atividades laborais como forma de sobrevivência. Esta situação leva ao aumento da evasão nas escolas. Diante do exposto, é urgente a revogação da Reforma do Ensino Médio e promoção um processo democrático de discussão sobre o Ensino Médio, embasado nos princípios assegurados pela LDB/1996 e nas evidências sobre os prejuízos que estão sendo causados aos jovens estudantes, professores e as escolas públicas. Reforçamos, que a revogação se faz necessário diante da restrição do direito a educação pública e de qualidade, que deve ser assegurada pelo Estado à juventude brasileira. Não se pode esperar nada menos do que a revogação por parte de um governo comprometido com a democracia.

Congregação da Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp